5

RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim.* São Paulo: Todavia, 2018. *E-book*.

DOI: https://doi.org/10.29327/264759.20.34-5

Eleonora Schettini M. Cunha[1]

Resumo: O livro tem como tema central o declínio da democracia, especialmente em países onde ela é mais estável, e oferta explicações para esse fenômeno. Uma delas é que a subversão democrática tem ocorrido internamente à democracia, de forma gradual, mantendo as aparências. A outra está associada aos riscos da extinção da própria civilização, ameaçada por conflitos nucleares e mudanças climáticas. Por fim, a revolução tecnológica associada ao desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação que podem gerar a perda do político como referência para as decisões sobre a vida em comunidade. O declínio da democracia deverá ser prolongado e singular em cada caso, mas a democracia tem potencial para sobreviver por mais tempo, a depender de soluções encontradas por e para suas próprias instituições por cidadãos ativos.

Palavras-chave: Democracia. Declínio democrático. Fim da democracia.

Abstract: *The book has as its central theme the decline of democracy, especially in countries where it is more stable, and offers explanations for this phenomenon. One is that democratic subversion has taken place internally to democracy, gradually, keeping appearances. The other is associated with the risks of the extinction of civilization itself, threatened by nuclear conflicts and climate change.*

1 Doutora em Ciência Política e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora aposentada do Departamento de Ciência Política da UFMG e pesquisadora do Grupo Margem e do Prodep do Departamento de Ciência Política/UFMG. Contato: eleonora.ufmg@gmail.com. Lattes: http://lattes.cnpq.br/7925839052222233.

Finally, the technological revolution associated with the development of information and communication technologies that can generate the loss of the politician as a reference for decisions about living together. The decline of democracy should be prolonged and unique in each case, but democracy has the potential to survive longer, depending on solutions found by and for its own institutions by active citizens.

Keywords: *Democracy. Democratic decline. End of democracy.*

Estaria a democracia, tal como nós a conhecemos, chegando ao fim? Relatório do Instituto V-Dem (2018) evidencia que, embora ela permanecesse como regime político num significativo número de países, em 2017 um terço da população mundial (92,5 bilhões de pessoas) vivia em países que são parte de uma tendência global de autocratização[2]. Entre eles está o Brasil, acompanhado por Rússia, Estados Unidos, República Democrática do Congo, Turquia, Tailândia, Ucrânia e Polônia. Em autocracias eleitorais, as eleições permanecem como meio de escolha dos governos, mas outros requisitos institucionais, como liberdade de imprensa, liberdade de expressão e Estado de Direito, estão aquém dos padrões democráticos e, em consequência, a significância das eleições estaria ameaçada (Mechkova, Lührmann, Lindberg, 2017). Esse quadro representa um retrocesso de 25 anos, se considerada a população que vive em países com processos de autocratização. No caso brasileiro, esse fenômeno se verifica a partir de 2015.

Pode-se discordar do método utilizado pelo instituto para medir a variação nas democracias, mas a tendência à autocratização ou ao declínio e à recessão democrática é evidenciada em outros estudos mundiais (DEMOCRACY..., 2018; CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO, 2018; FREEDOM..., 2018) e a busca por explicações quanto às causas desse fenômeno e ao modo como ele ocorre tem mobilizado diversos estudiosos da democracia (como CASTELLS, 2018; LEVISTKY; ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2018). Entre eles, o trabalho de David Runciman *Como a democracia chega ao fim* ganha destaque. Professor de Política do Departamento de

2 Por autocratização entende-se o movimento reverso da democratização, o que denota um declínio das qualidades democráticas (V-Dem, 2018).

Política e Estudos Internacionais da Universidade de Cambridge, Runciman é autor de várias publicações sobre o tema da democracia e produz *podcasts* semanais ("Talking Politics") em que procura analisar contextos políticos e sociais relevantes.

Runciman considera que a democracia dá sinais de que "vem saindo dos eixos", que está em declínio, e se pergunta quais fatores causariam sua falência. No entanto, ele discorda de argumentos de estudiosos que identificam as circunstâncias atuais com aquelas que deram origem ao totalitarismo no início do século XX, assim como as reversões autoritárias em meados do mesmo século em países da América Latina, da África e do Leste Europeu, os quais eram jovens democracias. O autor considera que a História não se repete, e, portanto, o desafio é usar o passado para compreender o presente, especialmente em países que já experimentam a democracia há mais tempo, mas sem assumir que haja uma única saída para a crise diagnosticada. Ele argumenta que os riscos à democracia, atualmente, são moldados por valores e instituições democráticas, ou seja, operam no contexto democrático e desvalorizam a democracia sem interrompê-la abruptamente. Portanto, a democracia deve terminar de forma lenta e gradual, num processo incremental, sem que haja um momento único e definitivo, e isso vai variar conforme os países e ao longo do tempo.

Como identificar a falência política em sociedades que confiam na democracia e em seus arranjos institucionais? Quais fatores são próprios dessa crise da democracia, que o autor compara a uma "crise de meia-idade"? Primeiramente, a escala e o caráter da violência política são distintos, não têm centralidade, ainda que ela permaneça à espreita. Um segundo fator é a paralisia gerada pelo medo de catástrofes de alcance mundial. Por fim, a difusão das tecnologias de informação e comunicação, que alteraram as formas pelas quais as pessoas se relacionam e o modo como as democracias devem operar. É em torno desses três temas – golpes de Estado, calamidades ou catástrofes repentinas e triunfo da tecnologia da informação – que Runciman desenvolve seus argumentos.

A violência política tem como uma de suas expressões mais conhecidas a deposição de um governo por forças externas a si, nos moldes dos golpes de Estado militares. Nesses casos, é possível identificar claramente "um antes e um depois". Eles ocorrem, principalmente, em países em que a democracia ainda não se enraizou e a população não tem forte apego a ela. No entanto, esse não é o único tipo de golpe que subverte a democracia. Citando Nancy Bermeo (2016), Runciman apresenta outros seis tipos de golpes, menos evidentes, mas igualmente perturbadores, que alteram a democracia "por dentro", dando a impressão de que ela permanece intacta: os "golpes executivos", em que os ocupantes do poder suspendem o funcionamento das instituições democráticas; a "fraude do dia da eleição", em que ocorre manipulação do processo eleitoral em favor de um resultado; os "golpes promissórios", em que pessoas tomam o poder e convocam eleições em seguida a isso para legitimar seu governo; a "ampliação do Poder Executivo", quando os ocupantes do poder desgastam as instituições democráticas sem derrubá-las; e a "manipulação estratégica das eleições", em que não há clareza quanto a fraudes, mas as eleições não são exatamente livres e justas. Em todos esses tipos de subversão, a democracia não é derrubada, e as instituições democráticas são minadas gradualmente enquanto são aparentemente defendidas. A política se torna um "*show* elaborado" no qual os cidadãos não têm papel ativo, mas constituem-se em espectadores, que eventualmente aplaudem, ou não, a *performance* dos que fazem da política um entretenimento, manipulando a atenção da sociedade. Essa é, para o autor, a "democracia zumbi".

Para Runciman, democracias frágeis são vulneráveis a golpes porque suas instituições não têm capacidade de resistir a ataques frontais. Já as democracias estáveis, que possuem instituições resistentes, sofrem ataques que vêm pelos flancos. Nesses últimos casos, não fica evidente de imediato o fracasso da democracia, pois o processo ocorre gradualmente, nebulosamente, sem que haja concordância sobre os fenômenos: para alguns, a democracia funciona devidamente; para outros, existe golpe.

Outro fenômeno abordado por Runciman são as teorias da conspiração – sintomas de que há algo errado com a democracia –, que

tratam de conjurações secretas para subversão da democracia, algumas vezes alimentadas por complôs autênticos. De modo geral, essas teorias vinham sendo produzidas e alimentadas por aqueles que se sentiam excluídos do poder e julgavam que os benefícios da democracia não os alcançavam. Atualmente, teorias da conspiração têm sido geradas e nutridas também por ganhadores e parecem onipresentes, dado o alcance e a rapidez da internet como meio de propagação.

Teorias da conspiração são "a lógica do populismo", por reforçarem a ideia de que a democracia foi roubada do povo por uma elite e, para recuperá-la, as verdadeiras intenções dessa elite, escondidas sob o manto da democracia, devem ser reveladas. O populismo, portanto, alimenta-se da promoção e difusão da paranoia, reforçando a ideia de que o sistema é manipulado. E, considerando que "as pessoas acreditam no que querem acreditar", a política populista alimenta e se nutre desse fenômeno. Para o autor, a reação populista em democracias estabelecidas demonstra a insatisfação das pessoas com as respostas insuficientes das instituições, e isso gera desconfiança. Em sua visão, o populismo tem sido desencadeado e impulsionado por: crise econômica, que produz estagnação e gera miséria e ressentimentos naqueles que ficam socialmente excluídos; aumento da desigualdade, gerada pela apropriação desigual da riqueza; mudança tecnológica, que beneficia a alguns em detrimento de muitos; e ausência de guerra como uma experiência nacional e coletiva de violência política.

As considerações do autor acerca dos plebiscitos e referendos merece ser apontada, pois em alguma medida esses mecanismos podem ser também usados em desfavor da democracia. Na sua perspectiva, plebiscitos podem parecer democráticos, mas não o são, pois convocam espectadores para se pronunciarem sobre uma proposta para a qual não contribuíram e, além disso, seu resultado é revisado pelos políticos, que dão a ele o tom que consideram adequado. Os referendos também podem servir como meio de subversão da democracia, pois têm o apelo democrático da participação direta, mas podem ser manipulados em favor de determinados grupos ou das elites. Ambos os instrumentos, portanto, ao atenderem a demanda popular por mais democracia, podem surtir o efeito oposto.

Um segundo fator explorado pelo autor, que pode influenciar negativamente as democracias, é o medo quanto à iminência de eventos catastróficos de amplo alcance, como guerra nuclear e mudança climática, que têm o poder de dizimar a vida – afinal, sem ela, não há democracia. Uma primeira constatação é que essas são ameaças produzidas pela própria civilização, e não frutos da democracia. No entanto, sociedades democráticas são capazes de deter tal destruição? Em décadas passadas, ameaças como essas geraram um sentimento de ação coletiva que contribuiu para mobilizar e amalgamar sociedades. Contemporaneamente, as pessoas estão paralisadas diante desses desafios. Permanecendo passivas, realçam um perigo inerente à democracia moderna: seu distanciamento como atividade humana significativa.

Runciman argumenta que pressões políticas em questões do alcance das ameaças à civilização dependem da liberdade de informação, da liberdade de associação e da confiança no império da lei, características da democracia. No entanto, a capacidade de a democracia lidar com questões inconvenientes e com a economia de mercado para buscar soluções alternativas tem se diluído. As ameaças de calamidade associadas às mudanças climáticas e a conflitos nucleares perderam força como causa política, especialmente em razão das incertezas quanto ao seu potencial destrutivo e do seu ritmo gradual, que não tem apelo político. Se, por um lado, não se tem uma mobilização efetiva perante o "risco para a existência" representado por essas ameaças, por outro lado, em circunstâncias de efetiva extinção, falar sobre política e manutenção da democracia pode não ser prioridade para a agenda política ou nem mesmo constar nela. Como lembra Runciman (2018), "o risco para a existência cobra um preço alto à democracia".

A revolução tecnológica e a correspondente ampliação do uso de tecnologias de comunicação e informação são consideradas por Runciman como o terceiro fator que tem minado a democracia de diferentes modos, ainda que ele reconheça haver muito o que aprender sobre ela, uma vez que a tecnologia está na sua primeira infância (em contraste com o envelhecimento da democracia). As mudanças produzidas pela tecnologia são visíveis e rápidas, com grande impacto na vida humana e, assim como a

democracia está destinada a chegar ao fim, é certo que máquinas inteligentes têm seu lugar no futuro. Enquanto elas não chegam, máquinas já operam nas democracias contemporâneas, servindo a governos e partidos, por meio de bancos de dados e sistemas. Nesse processo, as máquinas aprenderam a minerar dados e tirar conclusões sobre quase tudo, o que pode levar à ideia de que elas sejam capazes de tomar decisões difíceis em lugar dos humanos, e essa é uma ameaça à democracia.

A tecnologia tem se mostrado útil em vários aspectos da vida humana e em diferentes campos de trabalho e tem contribuído para solucionar problemas complexos. No entanto, para que ela contribua para o funcionamento da democracia, algum controle sobre sua utilização se faz necessário. O mundo corporativo gerou gigantes na área da tecnologia, como Google e Facebook, cujo alcance supera o de qualquer outra corporação e ultrapassa os limites de qualquer Estado. Eles fornecem produtos e plataformas de comunicação dos quais um número extenso de pessoas e outras corporações dependem, além de influenciarem significativamente o que as pessoas veem e ouvem, oferecendo em troca a liberdade de se expressarem. Essas corporações têm em suas mãos o poder conectivo – poder da rede – e governam seus utilizadores por meio da persuasão e da distração.

Redes sociais, como o Facebook e o Twitter, são consideradas uma ameaça à democracia porque criam a ilusão de uma comunidade de iguais, mas sustentam-se numa estrutura hierárquica, própria de uma corporação, em que há a ilusão de participação universal, mas o que ocorre de fato é uma tirania corporativa. De qualquer forma, a rapidez com que operam e a possibilidade da expressão livre suprem o desejo de participação daqueles que estão irritados com a lentidão e a inoperância da democracia representativa, que demanda paciência e resiliência às frustrações. Essa versão de democracia direta não tem limitações de espaço e de conhecimento pessoal, produz agressões e danos os mais variados, além de perda de privacidade e de confiança na política e nos políticos, gerando, em última instância, falsos políticos e populismo.

A perda de centralidade dos partidos na representação dos desejos e anseios dos cidadãos associa-se à frustração das pessoas

quanto à lentidão da democracia em dar respostas imediatas. Os partidos de massa estão em declínio, restando aqueles que são cada vez mais restritos, demarcados, com poucos (ou nenhuns) pontos de conexão com outros partidos, o que reduz significativamente a possibilidade de diálogo e aumenta exponencialmente a possibilidade de conflitos. Os partidos mais bem-sucedidos têm sido os que se transformaram em movimentos sociais, e populistas estão à frente dessa política, beneficiando-se da força dos efeitos de rede, que proporciona envolvimento político mais imediato e direto do que os partidos tradicionais. Para Runciman, "as redes sociais conferiram uma aparência de falsidade à democracia representativa".

A tecnologia digital e o uso da internet têm possibilitado que corporações conheçam hábitos e interesses dos usuários e, com isso, estes se tornam facilmente rastreáveis, seja para oferta de produtos a potenciais consumidores, seja para entrega de notícias ou de desinformação, na forma de *fake news*, inclusive com programas-robô que simulam participar de debates. Nesse campo, os riscos para a democracia vão desde a micromanipulação do eleitorado até a geração de indiferença, causada pela superexposição a notícias. Além disso, a tecnologia digital e o uso da internet reforçam a tendência do ser humano a preferir gratificações imediatas a benefícios futuros, a fortalecer suas crenças e a querer conservar o que possui, minando a intenção democrática original de filtrar os impulsos políticos por meio das instituições que possibilitariam a tomada de decisões coletivas. A política democrática precisa recapturar a tecnologia digital a seu favor, antes que robôs venham a antecipar as preferências dos cidadãos e a tomar decisões por eles, esvaziando de sentido as instituições democráticas.

Após discorrer acerca dos três fenômenos que podem esgotar a democracia, o autor questiona: se a democracia está se exaurindo, qual regime político deve substituí-la? Ele discorda de soluções propostas por críticos da democracia, como a transformação do Estado democrático em uma empresa, o retorno à monarquia absoluta ou o governo por robôs. Alternativas à democracia moderna devem partir de dois apelos que a fizeram atraente: ela

sustenta-se na dignidade política pessoal e no respeito aos indivíduos e a suas opiniões, bem como proporciona benefícios de longo prazo, assegurados pelo Estado, como estabilidade, prosperidade e paz. Nem sempre a democracia conseguiu cumprir essas promessas, tendo deixado lacunas, que têm sido preenchidas por alternativas ideológicas (como o comunismo) ou pragmáticas (o autoritarismo). Ainda assim, é a soma de respeito e resultados que tem mantido a democracia coesa. Quando essa combinação falha, abre-se a possibilidade de outros regimes se instalarem. Para o autor, o autoritarismo pragmático tem ganhado forte apelo na contemporaneidade por prometer benefícios materiais tangíveis no curto prazo, sem precisar se ocupar ou se preocupar com opiniões divergentes, adquirindo feições populistas.

Para além do autoritarismo pragmático, quais alternativas seriam possíveis? Uma delas poderia ser a epistocracia, ou seja, o governo de pessoas com maior conhecimento, de pessoas mais inteligentes, que tomariam as decisões "certas" em nome das demais, que, por sua vez, abririam mão do direito à participação nas decisões políticas. Essa perspectiva não é nova no pensamento político, mas tem sido ressignificada, dada a crescente escolarização das sociedades. Runciman identifica dois perigos nessa ideia: o primeiro diz respeito à possibilidade de esse regime pôr fim a decisões ruins, ainda que tomadas por pessoas inteligentes; o segundo é o de que atrelar poder a conhecimento pode gerar situações sem retorno, instaladas por pessoas que julgam que o conhecimento as torna superiores às demais.

Uma terceira alternativa, denominada por Runciman "tecnologia liberada", parte das ideias anarquistas revigoradas com o florescimento da internet, e suas alternativas políticas têm nuances libertária (que reduz o papel do Estado à de sentinela neutro e que protege seus cidadãos uns dos outros, deixando todo o resto sem regulação), revolucionária (que considera que a internet resgata os indivíduos do domínio do dinheiro) e tecnocrática (a ação política direta propiciada pelas redes geraria uma governança técnica, sem intermediações de políticos ou de instituições políticas). Essas são alternativas associadas ao chamado "aceleracionismo", que pretende imprimir um ritmo acelerado a todos os

fenômenos e mesmo às soluções para os problemas vivenciados pela sociedade, inclusive aquelas que promovem mudanças. No entanto, na visão do autor, a experiência com a tecnologia tem sido mais desgastante do que libertadora.

Ao analisar essas possibilidades, Runciman considera que o autoritarismo pragmático e a epistocracia não são alternativas reais à democracia, mesmo nas suas precárias condições atuais. No entanto, a tecnologia liberada, por sua inovação, acena com possibilidades ainda não experimentadas, e isso pode ser alentador, resguardados todos os riscos por ele elencados, como abusos de poder, crescimento das desigualdades e paralisia política.

A democracia ocidental madura está em declínio nos lugares em que teve maior sucesso, mas ainda pode produzir resultados interessantes, desde que não se busque um retorno aos seus anos de apogeu e que se procure vivê-la em plenitude, sem pensar obsessivamente no seu fim. Este, por sua vez, será prolongado e gradual, podendo mesmo ser adiado, dada a própria capacidade de a democracia administrar problemas, inclusive sobrevivendo a eles. Ainda que as alternativas apresentadas aos regimes democráticos até então não sejam as melhores, também não se podem perder de vista outras possibilidades. A democracia não terá um fim singular, a são ser que coincida com o fim da vida humana no planeta. Em alguns casos, ela continuará sendo bem-sucedida (provavelmente nas democracias jovens, em que se conservam suas promessas); em outros, nos quais haja riscos de colapso (como o do Brasil), ela seguirá cursos particulares. Declínios democráticos, portanto, resultam de um conjunto de fatores presentes nas sociedades, e o fim da democracia não resulta de um evento singular. Se, por um lado, eles são inevitáveis, por outro lado a falha das antigas instituições em dar respostas a questões importantes, como a desigualdade e a mudança climática, possibilita o surgimento de novos arranjos, que precisam ser criados ou revelados, estando o futuro amplamente aberto. Nesse sentido, a experimentação democrática pode produzir novas instituições que correspondam às mudanças vivenciadas pela sociedade e respondam de forma mais efetiva às suas expectativas. Runciman (2018) conclui que "na

verdade, o necessário para salvar a democracia de si mesma é a presença de cidadãos ativos."

Referências

CASTELLS, Manuel. **Ruptura:** a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. **Informes 2018.** Disponível em: http://www.latinobarometro.org/lat.jsp. Acesso em: 10 maio 2019.

V-DEM INSTITUTE. **Democracy for all?:** V-Dem annual democracy report 2018. Disponível em: https://www.v-dem.net/en/news/democracy-all-v-dem-annual-democracy-report-2018/. Acesso em: 10 maio 2019.

DEMOCRACY Index 2018. **The Economist.** Disponível em: https://www.eiu.com/topic/democracy-index. Acesso em: 10 maio 2019.

FREEDOM in the world 2018: democracy in crisis. **Freedom House,** Washington, 2018. Disponível em: https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2018. Acesso em: 10 maio 2019.

LEVISTKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MECHKOVA, Valeriya; LÜHRMANN, Anna; LINDBERG, Staffan I. "How Much Democratic Backsliding?" **Journal of Democracy,** n. 28, 2017. p.162–69.

MOUNK, Yascha. **The people vs. democracy:** why our freedom is in danger and how to save it. Cambridge: London: Harvard University Press, 2018.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim.** São Paulo: Todavia, 2018. *E-book*.

Nota das editoras: Este artigo foi submetido ao periódico no 1º semestre de 2019 para ser publicado no volume de 2018

Como publicar nos *Cadernos da Escola do Legislativo*

1 – Publicamos estudos de natureza analítica, preferencialmente inéditos, sobre temas de interesse do Poder Legislativo, do Estado e da sociedade, nas áreas de Direito, Administração Pública, Ciência Política, História Política, Políticas Públicas, Economia, Orçamento Público e afins.

2 – Além de estudos monográficos, aceitam-se traduções ou resenhas. A responsabilidade pelos artigos publicados é exclusiva dos autores. Se for o caso, o autor deverá tomar as providências necessárias no sentido de obter permissão para a publicação ou o uso de qualquer material eventualmente protegido por direitos autorais.

3 – O texto recebido será avaliado por parecerista *ad hoc*, especialista na área do tema abordado, observando-se os critérios de densidade e adequação aos objetivos da publicação. O parecerista poderá sugerir modificações formais ou de conteúdo, ou opinar pela não publicação, caso em que a decisão será comunicada ao autor.

4 – Devem acompanhar o texto informações acadêmicas e profissionais sobre o autor (titulação acadêmica, atividade profissional, vínculo institucional e informações para contato).

Para mais informações, acesse: https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/seer/index.php/cadernos-ele/about/submissions#onlineSubmissions

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores.

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Escola do Legislativo

Av. Olegário Maciel, 2.161 – Belo Horizonte – MG – 30180-112

Tel.: (31) 2108-3400

E-mail do editor: nepel@almg.gov.br

E-mail da Escola do Legislativo: escola@almg.gov.br